

Nenhum avanço, nenhuma proposta

Até agora, o Governo está mantendo o “não” a todas as nossas reivindicações.

A pesar da situação financeira da Prefeitura estar normalizada e a própria secretária de Finanças ter anunciado na imprensa que entrarão mais 8 milhões nos cofres do município, a Prefeitura enviou uma carta aos trabalhadores no holerite, alegando que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) impede o crescimento da folha de pagamento.

A VERDADE DOS FATOS. ABRAM A CAIXA PRETA.

1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A folha de pagamento não está em 51,3%. No relatório oficial disponível no site do governo federal o índice é de 49,55%.

Por que subiu tanto? Não foi por causa dos reajustes de 2009 e 2010, muito menos dos biênios e quarta parte. Subiu porque aumentaram as terceirizações, e a Prefeitura paga mais caro do que gastaria com as contratações diretas. Além disso, todos os contratos de terceirização têm reajustes anuais muito maiores do que os nossos, que em geral vão para o bolso dos empresários e não dos terceirizados que têm baixos salários.

Negociar com transparência e a verdade dos fatos pressupõe colocar na mesa todos os contratos de terceirização que estão sendo contados como folha de pagamento e se propor a rever um a um.

Trabalhar com a verdade dos fatos pressupõe colocar na mesa o organograma de comissionados e FGs (funções gratificadas) para com transparência demonstrar se correspondem aos setores/responsabilidades que deveriam ter. Ou seja, há muitos caminhos para sair do impasse, precisa de coragem e vontade política de resolver o problema.

2 VALE REFEIÇÃO E VALE ALIMENTAÇÃO NÃO ENTRAM NA CONTA DA LRF

Queremos vale alimentação de R\$300,00 e vale refeição de R\$ 396,00. Estes benefícios não podem ser computados na folha de pagamento, portanto em NADA comprometem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por que até agora não apresentaram sequer uma proposta para esses benefícios?

3 REGULAMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL

Como explicam o fato de nos negarem este direito apesar da decisão do Tribunal de Justiça favorável à nossa ação e do STF favorável a todas as ações? Isto não tem nada com a ver com a LRF, folha de pagamento etc. É puro desrespeito a um direito constitucional dos/as trabalhadores/as.

4 ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Enquanto a Secretaria da Educação se apressa para colocar uma proposta de Estatuto em debate na rede, que, segundo dirigentes da pró-

pria Secretaria, terá um custo de implantação de 8 milhões, o Governo por sua vez, se nega a discutir todos os itens “econômicos” da nossa pauta “prioritária” de reivindicações, inclusive o Estatuto do Magistério.

Essa contradição entre a postura da Secretaria da Educação e do restante do Governo pode servir apenas para duas coisas: ou para nos obrigar a assistir a reprise do “filme” que já assistimos em 1997, chamado “Lei aprovada e não cumprida”, ou para tentar desviar a atenção dos/as professores/as para o debate dos problemas reais e imediatos, como baixos salários e péssimas condições de trabalho.

5 JORNADA 12 X 36 SEM REGULAMENTAÇÃO É EXPLORAÇÃO

Não tem regulamentação da jornada de 12x36 na Prefeitura. Cada setor faz o que quer, sem respeitar horários de refeição e pausas. Para piorar, o número de plantões é excessivo e as folgas, em número menor do que em outras Prefeituras e na iniciativa privada. Em São Paulo, são 10 plantões por mês para quem faz 12 x 36 horas

6 PLANO DE CARREIRA NÃO SAI DA GAVETA

Muito dinheiro já foi gasto contratando empresas de consultoria para fazer propostas mirabolantes, perversas e regressivas de planos de carreira.

Só nesta gestão, já foram mais de R\$ 250.000,00 para a “GV Consult” apresentar um plano (não se trata da Fundação Getúlio Vargas, é só nome parecido) que até agora ninguém sabe, ninguém viu.

O compromisso assinado pelo Secretário de Gestão de Gestão em 2010, era apresentar a proposta em junho do ano passado. Até agora nada!

Enquanto isso, cerca de 150 agentes administrativos I da Saúde, têm trabalho exatamente igual e salário menor do que os agentes administrativos II.

Os jardineiros ganham menos que outras categorias profissionais similares. Agentes de consultório dentário não têm a possibilidade de evolução para técnicos. Centenas de funcionários estão em desvio de função e outras tantas injustiças.

**Sem
proposta,
vamos parar!**

**ASSEMBLÉIA É NA QUINTA-FEIRA,
DIA 7 DE ABRIL, 17h30, NO SINDICATO
Você é quem decide.**

Categoria está pronta para a luta.

*Quem luta, conquista.
A hora é agora!*

Dia 23 de março, uma grande paralisação em Obras, Máquinas Pesadas, Viaduto e Transporte deu início à mobilização dos trabalhadores/as. Foi uma grande passeata até o Paço Municipal. Lá, o recado da categoria foi dado em alto e bom som: Se não tiver proposta, é greve! À tarde a paralisação aconteceu na UBS Casa Grande. No dia 24/03, foi a vez da UBS Centro e da UBS Eldorado. Na sexta, dia 25, pararam por uma hora a UBS Paineiras e a UBS Promissão.

Dia 31/03, foi a vez dos trabalhadores da Central de Atendimento darem seu recado na parte da manhã. Professores do Esporte engrossaram o coro dos descontentes com o NÃO da Administração.

No sábado, dia 2 de abril, o Sindicato fez panfletagem e esclarecimentos à população com caminhão de som da Vila Nogueira, Promissão, Jardim Marilene, Casa Grande, Piraporinha, Canhema, Taboão, Jardim Paineiras, Serraria, Conceição (Sanko), Inamar e Eldorado.



Levanta Educação. E diga não:

NÃO NÃO NÃO

- 1- Aos baixos salários e à desvalorização profissional.
- 2- À "divisão" de alunos que está acontecendo todos os dias na maioria das escolas, prejudicando a aprendizagem das crianças e as condições de trabalho dos/as professores/as.
- 3- Ao desrespeito com os horários de trabalho dos/as professores/as, com mudanças ilegais nos horários de reunião para realização de cursos.
- 4- A ausência de debate democrático e avaliação pra valer dos cursos de formação oferecidos pela Secretaria da Educação.
- 5- Ao tratamento desprezível e discriminatório que dão aos profissionais com restrições médicas.
- 6- Às jornadas de trabalho que inviabilizam o acúmulo de cargos.
- 7- Às propostas de avaliação de desempenho atreladas a valorização salarial.
- 8- À ausência de proposta de pagamento dos retroativos da progressão do período de janeiro de 1998 a maio de 2006.
- 9- À falta de condições físicas e de integração do "Mais Educação" com o projeto pedagógico das escolas.
- 10- A falta de proposta do IPRED para devolução ou incorporação dos valores recolhidos dos professores até 2009.

Pessoal do Estágio Probatório. Quem chega, chega junto!

Quem está em estágio probatório não pode ser punido por participar de greve ou qualquer outro movimento aprovado no Sindicato da categoria. Têm os mesmos direitos dos demais trabalhadores/as. Se você estiver sendo intimidado ou coagido, denuncie. Não precisa se identificar; ligue para o fone 4055-3288, dando o nome da chefia e o local de trabalho. Acesse o site do Sindicato www.sindema.org.br e leia a cartilha sobre Direito de Greve no Serviço Público, que está no lado direito da página.